



ATA N.º 5/2025

Aos 29 dias do mês de abril de 2025, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da segunda sessão ordinária do ano 2025, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rui Manuel Martins Fidalgo, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2024.
2. Proposta de alteração ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Domínio da Educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2024/2025 para que passe a abranger a competência relativa ao fornecimento de energia elétrica e gás.
3. Proposta de designação dos membros dos júris de procedimentos concursais para recrutamento, seleção e provimento de cargos de direção intermédia de 2º grau da CME.
4. Projeto de "Regulamento de Gestão das Praias do Município de Espinho".
5. Proposta de alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho com vista à alteração ao ordenamento do trânsito na Rua Direita da Freguesia de Silvalde.
6. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.
7. Aprovação de atas de reuniões anteriores.
8. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de fevereiro de 2025 a 31 de março de 2025.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e do Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Isabel Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por António Azevedo, António Manuel Pinto de Oliveira por Manuel Cardoso Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião, referindo que a sessão seria transmitida em direto.

Período de antes da ordem do dia

Jorge Carvalho (CDU) apresentou o documento que a seguir se transcreve: *"RECORDANDO O NAUFRÁGIO DE 2/12/1947. Em 2 de Dezembro de 1947, muito perto da costa entre Aguda e o Senhor da Pedra, regressadas da pesca da sardinha ao largo da Figueira da Foz, naufragaram 4 traineiras 'D. Manuel II', 'Rosa Faustino', 'Maria Miguel' e 'São Salvador'. Das quatro traineiras afundadas, apenas se salvaram seis pescadores. Faleceram 152 tripulantes (sendo 50 naturais de Espinho), deixando*



71 viúvas e 152 órfãos — O luto instalou-se em Matosinhos, em Espinho, na Murtosa, na Póvoa de Varzim e em Vila do Conde.» Referem, entre outros, José Ferreira Neto (Sabeler), Francisco Ferreira Neto, Evaristo Lapa e Joaquim Truta, como espinhenses vítimas deste naufrágio. A Assembleia Municipal de Espinho reunida a 29 de Abril de 2025, delibera recordar este naufrágio e sugere que seja erigido um memorial junto à zona piscatória com o nome dos pescadores que morreram nesse naufrágio.”

Não houve intervenções.

Votação: aprovado por unanimidade dos presentes.

Jorge Carvalho (CDU) apresentou o documento que a seguir se transcreve: *“Saudação 1º de maio. A Assembleia Municipal de Espinho, reconhecendo que os trabalhadores portugueses, continuam a ser afectados com a regressão social, com os baixos salários, com a precariedade do emprego, com a violação do direito à contratação colectiva, com a legislação laboral gravosa e injusta, com o difícil acesso à justiça e reconhecendo também que é importante um emprego com direitos, um salário digno e um horário que assegure a conciliação da vida profissional com a familiar saúda todos os trabalhadores por mais um aniversário do Primeiro de Maio, data muito querida ao movimento internacional dos trabalhadores que, ao longo dos anos, têm tido uma luta pertinente por melhores condições de vida, trabalho e bem-estar social e manifesta-lhes a sua fraternidade e confiança no futuro onde uma nova e diferente política permitirá a construção de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem.”*

Intervenções

Bruno Morais (BE) referiu: “O BE tinha apresentado um documento que ia de encontro com o referido pelo vogal da CDU, pelo que retiro a saudação.”

Teixeira Lopes (PS) disse: “A saudação mantém-se atual, tendo em consideração a luta contra a exploração, os salários baixos, a imigração. Antes do 25 de abril, os trabalhadores eram punidos, presos por comemorar o seu dia e, há 51 anos, foi restabelecida a liberdade sindical, o direito de manifestação e dos trabalhadores para lutarem por melhores condições.

Votação: aprovado por unanimidade dos presentes.

Abel Santos (PSD) apresentou o documento que a seguir se transcreve: *"Saudação Dia da Terra. No passado dia 22 de abril assinalou-se o Dia da Terra, uma data de alcance global que nos recorda, de forma clara e urgente, a necessidade de preservar os recursos naturais, proteger os ecossistemas e garantir a sustentabilidade ambiental das nossas comunidades. Esta efeméride, que saudamos hoje simbolicamente nesta Assembleia Municipal, é também uma chamada à ação. Porque o combate às alterações Climáticas faz-se no mundo, sim, mas inicia-se no território, nos municípios, em decisões locais. Neste sentido, saudamos todas as entidades, associações, escolas e cidadãos de Espinho que, de forma continuada, se empenham em práticas sustentáveis, na educação ambiental e na promoção de uma cultura de responsabilidade ambiental e ecológica. No plano nacional, a Lei de Bases do Clima veio reforçar a importância da ação local, obrigando todos os municípios à elaboração de Planos Municipais de Ação Climática (PMAC) até fevereiro de 2024. Contudo, de acordo com o mais recente Mapa da Ação Climática Municipal, publicado no início deste ano, mais de metade dos municípios portugueses ainda não têm esse plano aprovado ou sequer iniciado. Espinho encontra-se entre os municípios que ainda não formalizaram a entrega do seu Plano Municipal de Ação Climática, embora tenha dado passos relevantes com a elaboração da sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) e com a adesão a redes e compromissos internacionais, como a iniciativa Cidades Resilientes 2030. Esta é, por isso, uma ocasião para sublinhar a importância do planeamento estratégico local em matéria ambiental e para reforçar o compromisso com as metas nacionais inscritas no Plano Nacional Energia e Clima 2030, que dependem, em grande medida, da capacidade de execução e inovação dos municípios. O Dia da Terra é, acima de tudo, uma data que apela à consciência coletiva e à responsabilidade pública. Em nome do Grupo Municipal do PSD, deixamos hoje esta saudação, com sentido de dever e de esperança. Porque proteger o planeta é também proteger Espinho e o futuro das suas gentes."*

Intervenções:

Bruno Morais (BE) disse: "Concordo em 100% com o referido, e lembro que hoje a Organização Internacional Global Footprint Network informou que os recursos do



planeta disponíveis para este ano terminariam se todos os seres humanos da Terra consumissem ao ritmo que os habitantes da União Europeia consomem.”

Teixeira Lopes (PS) referiu: “O PS vai votar a favor desta moção por ter toda a razão de ser, é correta, tem boas intenções, mas talvez tenha esquecido a política agrícola que tem sido seguida ultimamente e o facto de determinados solos agrícolas têm sido cobija da construção, sobretudo na área normalmente de municípios, cuja atividade principal não era a agricultura ou a criação de gado, sendo que rapidamente o preço do solo aumentou. Não vemos na Assembleia da República, com exceção de alguns partidos que se têm pronunciado sobre a necessidade de intervir para que a área cultivável e de aptidão agrícola e também de partes para a criação de animais, não seja objeto da compra e venda, de lucros, para depois ser transformada em benefícios extraordinários para a construção civil. Não estamos a falar da habitação que os portugueses necessitam, mas para áreas turísticas, de grande aptidão turística e que depois irão ser vendidas, por preços astronômicos, a portugueses super-ricos e a estrangeiros que vêm aqui ver a paz e o sossego que se respira em Portugal, os preços baixos comparados com os seus antigos países e esquecendo-se do salário que efetivamente é pago de uma forma que se aproxima muito da exploração do homem pelo homem. O PS vai aprovar, mas lança o seu apelo para estarmos atentos a este “*negócio da China*” que é feito com a terra em Portugal, com aptidão para a agricultura e para a pastorícia.”

Abel Santos (PSD) disse: “Não pretendia de modo algum trazer a debate estas questões e nós PSD, nesse aspeto, estamos perfeitamente à vontade e preocupados com a nossa terra, saberemos em todo momento defender esses caminhos mais desvirtuosos que trouxe agora. Temos a prática de aprender com o passado para aplicar bem no futuro e acredito que estamos no bom caminho.”

Nuno Almendra (PSD) disse: “Começo por felicitar o meu colega de bancada pelo tema trazido e gostaria de aproveitar esta oportunidade e dentro deste tema para deixar duas sugestões ao Executivo num tema que tem implicações na qualidade ambiental do nosso território a recolha de resíduos. A minha recomendação abrange dois prismas, a política ambiental do município e a maior justiça na aplicação de taxas de resíduos para cada um dos habitantes do nosso concelho. Na primeira sessão do ano 2025 desta assembleia foi apresentado o plano estratégico de resíduos sólidos urbanos do município. Percebemos que o município adiou a implementação efetiva da

recolha dos bio resíduos para 2027, não cumprindo as metas previstas para os anos 23, 24, 25, 26 e 27. Deixo aqui um apelo para que se antecipe o alcance destas metas estabelecidas. A antecipação desta medida reduz o impacto ambiental, reduz os custos para o município que pode alocar estas verbas em outras necessidades do nosso concelho e poderá reduzir o custo para cada um de nós, em função dos nossos comportamentos, caso seja implementado um novo sistema de cobrança de taxas de resíduos. Falo-vos do sistema PAYT, ou seja, pago por aquilo que deita fora. Este sistema tem a particularidade de incentivar as pessoas a fazerem a separação, pois o pagamento das taxas de resíduos é maior ou menor em função dos seus comportamentos. Este sistema é aplicável a residentes domésticos e não domésticos e recorde que atualmente os tarifários, as taxas de resíduos, têm duas vertentes. A primeira que é uma taxa fixa e a segunda que é uma taxa em função do consumo de água que é manifestamente injusta. E, portanto, estas são duas medidas simples dentro desta temática da estratégia ambiental, entre muitas outras que poderíamos aqui debater e que entendo que o nosso município pode ser mais arrojado e querer estar na frente dos municípios que adotem estas medidas para podermos ser um exemplo a nível nacional.”

Votação: aprovado por unanimidade dos presentes.

Bruno Morais (BE) apresentou o documento que a seguir se transcreve: *“Nota de Pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro, a "Celeste dos Cravos" A Assembleia Municipal de Espinho, reunida em sessão ordinária, vem expressar o seu profundo pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro, carinhosamente conhecida como Celeste dos Cravos, mulher simples e corajosa que se tornou um símbolo imortal da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Celeste Caeiro, nascida em 1933 em Lisboa, trabalhadora de um restaurante na capital, desempenhou sem intenção prévia um dos gestos mais emblemáticos da história recente de Portugal. Foi ela quem, ao oferecer cravos aos militares nas ruas de Lisboa, inspirou um dos maiores símbolos da nossa liberdade, o cravo vermelho nas armas dos soldados, sinal da força pacífica e da esperança da revolução. A sua vida, embora discreta e longe dos centros tradicionais de poder, representou a essência da cidadania ativa e a grandeza dos gestos simples que mudam o rumo da História. Ao longo dos anos, Celeste Caeiro manteve-se ligada aos ideais de liberdade, justiça social e solidariedade que o 25 de Abril prometeu a todos os portugueses, colaborando em diversas causas sociais e mantendo sempre*



viva a memória da revolução. Assim, a Assembleia Municipal de Espinho, reunida em 29 de abril de 2025, ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera: Prestar homenagem a Celeste Caeiro, uma mulher que, sem pedir protagonismo, entrou para a história como símbolo da vitória do povo sobre a opressão. Expressar a nossa solidariedade e sentidas condolências à sua família, aos seus amigos, bem como a todas e a todos os que encontram no gesto de Celeste a esperança permanente de um país mais livre, mais justo e mais solidário. Endereçar esta nota de pesar ao Partido Comunista Português (PCP), com quem Celeste manteve, ao longo da sua vida, laços afetivos e ideológicos profundos.”

Teixeira Lopes (PS) referiu: “O Partido Socialista vai votar favoravelmente porque, de facto, a situação da mulher em Portugal melhorou extraordinariamente com o 25 de Abril, mas ainda está longe da diferença salarial que os diversos contratos coletivos estabelecem entre as mulheres e os homens, independentemente, muitas vezes, da sua qualificação. Lembrei-me aqui de Catarina Eufémia saudada pelo Zeca Afonso, que representou o que do mais selvagem foi feito pelo fascismo português, que é matar uma mulher grávida, apenas porque era operária agrícola, morta no Alentejo. Era natural de Baleizão, uma terra de homens e mulheres que decidiram abraçar a luta por melhores salários e por melhores condições de vida. Não podemos permitir que se esqueçam todas estas selvajarias contra mulheres indefesas e, neste caso, grávidas. A mulher portuguesa, ainda hoje, mesmo com a Constituição de Abril, tem várias limitações, que não passam apenas pelos salários, pelas categorias profissionais, mas sim pelo facto de serem mulheres.”

Jorge Carvalho (CDU) disse: “A CDU vai votar a favor e lembra que, no ano passado, trouxemos uma moção idêntica aprovada nesta Assembleia. É a segunda vez que vamos homenagear a Celeste, que venha uma terceira e uma quarta. Claro que não é só um problema de elogio da mulher, do ato. O Zeca Afonso homenageou também a Teresa Torga.”

Abel Santos (PSD) disse: “Estamos em 2025 e naturalmente é necessário situarmos no tempo, no momento, nas condições em que vivemos, cada vez mais me custa assistir a esta discussão entre género, entre qualificações, entre a capacidade, a meritocracia, se é homem ou se é mulher. Não entremos nesse tipo de espiral negativa. Neste momento, independentemente do género, independentemente da

formação, independentemente das oportunidades que nos são postas no dia a dia, acima de tudo temos de evidenciar a capacidade, o mérito, a disponibilidade, o saber fazer, o saber liderar, o saber encaminhar. No fundo, o que me interessa passar, independentemente da nossa condição, é o mérito individual, que importa elevar, dar o mérito, dar o valor e evidenciar, independentemente do género. Temos imensos exemplos da capacidade de homens e mulheres que fazem acontecer, que fazem a diferença.”

Teixeira Lopes (PS) disse: “O vogal Abel trouxe aqui uma questão importante, a questão da mentalidade e a mentalidade é feminina ou masculina. Entre um homem e uma mulher, num concurso público, seja para o que for, possivelmente, a entrada depende da mentalidade também de quem vai avaliar. É uma questão da mentalidade, e nós ainda não adquirimos, no nosso país, uma mentalidade que considera que efetivamente a mulher e o homem, sendo humanos e independentemente da sua formação, da sua origem social, da sua mentalidade, da sua cultura, merecem ter igualdade tal como está consagrado na Constituição da República, que demorou, algum tempo a ser consagrado, com grandes discussões e revisões constitucionais posteriores.”

Votação: aprovado por unanimidade dos presentes.

Deu entrada, neste momento, o Presidente da Junta da União de Freguesia de Anta e Guetim - Nuno Almeida.

Ordem do dia

Ponto 1: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2024.

Presidente CME apresentou o documento e disse: “O documento é o relatório de prestação de contas de 2024, que é um documento altamente técnico. O total da receita cobrada ascendeu aos 46,3 milhões de euros e o total de despesa executada foi de 36,6 milhões de euros. O grau de execução foi de 76,52% do lado da receita e 60,45% do lado da despesa orçamentada. Verificou-se que, durante o ano de 2024, a execução da receita foi superior ao ano anterior em cerca de 5,5 milhões de euros. Também a taxa de execução da despesa de capital sofreu um aumento, o que se traduziu em um saldo de gerência de 10 milhões e 835 mil euros. Os revisores oficiais



de contas validaram o documento e por ser um documento altamente técnico fico ao dispor para as perguntas que entenderem fazer.”

Intervenções

Abel Santos (PSD) referiu: “Foi inscrito no orçamento, em várias verbas, um determinado valor, e, em sede de orçamento retificativo nesta Assembleia, todos nos recordamos a forma como foi apresentado, tentando fazer acreditar que vinha uma época nova, tempos de prosperidade, em que Espinho se iria tornar um estaleiro, sendo que de estaleiro vejo muito pouco. Na verba 07.01.04.01, referente a viadutos, arruamentos e obras complementares do Projeto 2024 e 10, a requalificação Urbana, constava em Orçamento 988.973 euros e no retificativo, 1 milhão de euros, totalizando 1.988.973 euros, tendo sido executado 234.925 euros. Na verba 07.01.04.05, parques e jardins do Projeto 2024 e 17, orçamento 874.831 euros, com reforço, no retificativo, com 300 mil euros, sendo executados 157.247 euros. Em relação à verba 07.01.02.03, Reparação e Beneficiação do Projeto 2022 e 32 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação Primeiro Direito, no Orçamento, 387.357 euros, reforço de 4.176.083 euros, e, curiosamente, na mesma verba 07.01.02.03, Reparação e Beneficiação do Projeto 2024 e 27 - Reabilitação da escola EB23 Domingos Capela, foi orçamentado 387.357 euros e, no retificativo, aparecem as duas verbas, uma delas reforçada em 4.166.000,00 euros, a outra em 1.060.000,00 euros, tendo sido executados 294.000 euros. Relativamente à verba 07.01.15, outros investimentos do Projeto 2022 e 32, foram orçamentados 781.633 euros, com reforço de 950.000 euros, totalizando 1.732.561 euros, tendo sido executados 350.000 euros. Na verba 07.01.04.02 sistemas de drenagem de águas residuais, orçamentada em 10.000 euros, reforçada com 600.000 euros, tendo sido executados cerca de 19.000 euros, e ainda na eficiência hídrica, na verba 07.01.04 07 foram orçamentados 20.000 euros, com reforço de 600.000 euros, sendo que esta rubrica desapareceu da prestação de contas. Questiono a razão da execução ser tão baixa na requalificação viária e vias de desenvolvimentos e obras complementares, nos parques e jardins, existindo verba disponível num total de 1.174.000 euros tendo sido executados 157.000 euros. Relativamente à habitação, no retificativo, mais de 5 milhões de euros, tanto na verba 01.02.03, reparação e beneficiação do Projeto 2022 e 32, Primeiro Direito, Domingos Capela, foram executados 294.596,30 euros. Também, na verba 07 01 15, outros investimentos do Projeto 2022 e 32, Programa de apoio ao

acesso à habitação, estão orçamentados 781.633,21 euros, reforçado, no retificativo, com 928,38 euros, e foram executados 350.533,06 euros. Quanto à eficiência hídrica, na rubrica 07.01.04.02, sistemas de drenagem de águas residuais projeto 2024 e 6, Espinho ambiente, eficiência hídrica, foram orçamentados 10 mil euros e reforçado com 600 mil euros, ou seja o executivo entendeu que era necessário reforçar esta área, mas foram executados 19 567 euros. Na rubrica 07.01.04.07 captação e distribuição de água do projeto 2024 e 6 - Espinho ambiente, eficiência hídrica foram orçamentados 20.584,10 euros, sendo que na altura, entendemos que era um valor pouco ambicioso, foi, no retificativo, reforçado com 600.000 euros, mas curiosamente esta verba desapareceu da prestação de contas, e pergunto para onde foi. Eu não tenho dúvidas que todos estamos imbuídos do mesmo espírito, queremos o melhor para o nosso município, e obviamente, para as freguesias e temos de perceber as opções políticas.”

Manuel Novais (PS) disse: “No âmbito PRR, quanto à componente de habitação RE C02 e 01, em que sete operações foram submetidas no âmbito do programa de apoio ao acesso à habitação, não tiveram seguimento. A resposta dada era a famosa falta de maturidade e não disporem de projeto de execução, submetida ao Parque Público de Habitação a custos acessíveis e que já tinha sido contratualizada. O município não deu seguimento, ao abrigo do respetivo aviso, por dificuldades de cumprimento dos respetivos prazos, pelo atraso na elaboração do projeto de execução. Ou seja, por esta via foram perdidos 8,3 milhões de euros. Pergunto quais são verdadeiramente as razões, porque é uma questão demasiado séria para que as justificações sejam tão pouco eficazes, sejam pueris, porque estas justificações não servem a quem tem dificuldades de habitação. Esta questão já foi levantada e produzido um documento conjunto com o partido da oposição na junta de freguesia da Anta e Guetim, exatamente pelo impacto que a não decisão e não seguimento deste projeto, prejudicando gravemente, obviamente, as legítimas ambições das populações de Anta e Guetim.”

Abel Santos (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem e disse: “Solicito à mesa que a Sra. Presidente da Câmara, uma vez que vão surgir muitas perguntas, possa responder de imediato às mesmas.”

Presidente AME respondeu: “O Regimento é claro, temos dois períodos para poder intervir, seja com questões, seja com apreciação política, portanto, a Sra. Presidente



responderá no final, quando quiser intervir para poder responder às questões que estão a ser colocadas.”

Bruno Morais (BE) referiu: “A elaboração do documento, a opinião dos técnicos que o elaboraram, isenta, referindo alias que, se houver alguma falha na interpretação deles é mesmo porque não chegaram os documentos ou porque alguém os adulterou. Depois, quero salientar que a redução do passivo não corrente, no valor de 2,6 milhões de euros e mais uns 83 mil, pela amortização dos empréstimos a médio e longo prazo, bem como a diminuição da dívida a médio e longo prazo, em cerca de 3,5 milhões de euros, podem ser consideradas positivas, uma vez que poderão permitir ao município, no futuro, efetuarem alguns investimentos importantes, que não foram feitos agora. Os pontos apresentados pelos auditores, como o resultado líquido negativo de 1,8 milhão de euros, o reforço líquido das previsões devido a encargos com processos judiciais, 1,6 milhões de euros e a diferença entre o orçamento inicial, de 44 milhões de euros e que há um desvio de 16 milhões de euros, 8 milhões já justificados pelo PRR, quando da apresentação do orçamento. Pergunto se houve esforço por parte do Executivo em renegociar as taxas de juros dos empréstimos, sendo que ali não estava vertido, querendo dizer que provavelmente não houve. Sobre a manutenção e beneficiação dos edifícios municipais, estavam previstos 1,8 milhões de euros, com execução de 69 mil euros. Para a gestão de imobilizado, 1,115 000, 00 e foram executados 153 mil euros. Na saúde, previstos 1,4 milhões euros, foram executados 8 mil euros. No programa de apoio ao acesso à habitação Primeiro Direito, estavam previstos 5,8 milhões de euros e foram executados 415 mil euros.”

Jorge Carvalho (CDU) disse. “O documento que estamos aqui a discutir, a conta do ano 2024, é aprovado por 3 dos 7 vereadores. Reparei que houve dois votos contra do PSD, portanto, não sei se há algum acordo entre PSD e Câmara para que continue a ter a maioria. O vereador Luís Canelas ainda não teve a coragem de defender verdadeiramente o Partido Socialista e votar contra, abstendo-se, encontrando defeitos neste documento. Encontramos a palavra estratégia, não sei quantas vezes, tudo que a Câmara faz é estratégico e com vista a lançar as bases para o futuro. Estamos a executar um documento de 2024, mas a Câmara diz que o importante não é 2024, é o que vai ser por causa daquilo que nós não fizemos em 2024. O documento tem muito texto, mas não sabemos nada sobre os resultados. A Câmara devia explicar porque não executou o aprovado em orçamento, deveria ser obrigatório que qualquer

Câmara apresentasse um documento explicativo. Se a Câmara queria esconder números, falava-se em percentagem, senão falava em números. Devia existir um anexo para se saber quanto a Câmara gastou em festas e festanças. Pergunto quanto a ESSE pagava ao município pela concessão do estacionamento automóvel, porque não encontro esse valor no documento.”

Abel Santos (PSD) pediu a palavra para um protesto e disse: “Ao longo dos anos temos assistido, nas várias assembleias, ao problema ESSE. Se todos nós, espinhenses, consideramos a ESSE um problema, pergunto qual a razão para adiar a resolução do problema. Existem nas bancadas, ilustres juristas, ilustres advogados, temos de ir à luta. Custa perceber qual é o benefício para a cidade de Espinho, termos de pagar à ESSE pelo estacionamento.”

Jorge Carvalho (CDU) disse: “Sempre votei contra, quer na primeira versão do documento, quer na segunda versão e quando o PSD apresentou a alteração ao regulamento do estacionamento, a CDU, propôs que fosse feito um estudo para a reversão da concessão a favor da Câmara, e tendo sido aprovado na Assembleia, foi entregue um pedido de estudo à Universidade Católica, que apresentou um estudo a favor do que a Câmara queria. Sempre estivemos contra, sendo que o PSD é que votou a favor.”

Abel Santos (PSD) pediu a palavra para um protesto e disse: “Estamos em 2025, estamos a resolver os problemas de hoje, não estamos a resolver os problemas de ontem. As opções tomadas tinham outras variáveis que não existem hoje, e o que temos de decidir é se vamos ou não, se temos ou não interesse em mudar o que está instituído. Importa, projetar o futuro.”

Presidente JF Paramos disse: “Votei a favor da alteração ao regulamento da postura do contrato de estacionamento. Pergunto ao vogal Abel se a Câmara fosse do PSD se estaria aqui a colocar esta questão e se discutiu esta questão com os seus pares do PSD. Parece que estou a ser acusado por ter votado uma alteração ao contrato de concessão de estacionamento que me disseram ser o mais vantajoso para Espinho.”

Abel Santos (PSD) protestou e disse: “O Sr. Presidente da Junta da Freguesia de Paramos tem sido deambulante em função do poder ser PS ou PSD, e votou determinadas opções para o município em função, do que, há alguns anos, era o mais



benéfico na sua opinião, para o município. Estamos em 2025 e o Presidente da JF pretende, de alguma maneira, entrar no domínio das decisões do partido da oposição, perguntando se foi discutido. No âmbito desta Assembleia, tendo em consideração os vários ilustres juristas, pergunto se não fará sentido voltar a abordar este tema, para perceber se realmente ainda estamos atualizados.”

Presidente da AME disse: “Recomendo ao vogal Abel que faça uma recomendação à Câmara nesse sentido.”

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem à Mesa e disse: “Considero importante que a Assembleia foque os trabalhos no ponto que está em discussão, pedindo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia e ao vogal Abel Santos que deixem esta discussão para mais tarde. Julgo que seria adequado, neste momento, pedir que a Câmara pudesse responder às questões que foram colocadas para que possam ser feitas as intervenções políticas.”

Presidente CME, respondendo ao vogal Manuel Novais disse: “Não tenho a certeza se percebi exatamente o que pretendia relativamente à estratégia local da habitação, mas, relativamente a esse assunto, foi feita e apresentada a estratégia local da habitação. O prazo para a submissão das candidaturas era até 31 de março de 2024 e foram todas submetidas. A do bairro de Paramos foi submetida no dia 15 de fevereiro de 2024, já com projeto de arquitetura e revisão. Era a única que tinha o estado de maturidade avançado, faltava lançar a empreitada. Posteriormente, veio a saber-se que o dinheiro já tinha acabado em 31 de dezembro de 2023, ou seja, todas as candidaturas apresentadas a partir dessa data não foram contempladas com as verbas e decidimos avançar com aquela que estava com o estado de maturidade maior, que era o bairro de Paramos, com verbas próprias do município. Já contratualizado estava o Bloco F e, portanto, esse estava dentro da estratégia local de habitação. Passo de seguida a palavra ao Chefe da Divisão Municipal para as questões mais técnicas.

No uso da palavra, o Chefe de Divisão Municipal fez uma explicação sobre o documento e referiu: “Estas contas refletem o desempenho das atribuições que a Câmara Municipal tem dentro das normas de gestão e este executivo está a funcionar também no cumprimento do quadro jurídico-legal que lhe dá corpo e em funções, que tem que executar as suas próprias deliberações mas também tem que executar as deliberações emanadas ou ratificadas pela própria Assembleia Municipal,

nomeadamente as grandes opções do plano e o orçamento. Estas grandes opções do plano e orçamento foram aprovadas em 21 dezembro de 2023, nomeadamente pela Assembleia Municipal e previamente aprovadas pela Câmara Municipal a 27 de novembro de 2023. Esta prestação de contas consubstancia-se num conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais e que projetam a imagem real da situação do município, financeiramente, economicamente, em termos de patrimonial e de gestão e reflete também os resultados obtidos no curso do ano 2024, tentando explicitar as demonstrações orçamentais e financeiras, bem como o desempenho de gestão na execução da sua estratégia, com a finalidade de proporcionar uma imagem, o mais verdadeira, o mais fiel e o mais adequada das contas públicas, através de uma informação que seja compreensível por todos e que também faça com que os nossos stakeholders, que são aquelas pessoas que se querem fixar em Espinho, consigam também perceber esta documentação financeira. Este preceito legal de apresentar contas inclui um dever de informação tratando-se de gestão de dinheiros públicos, que não são abundantes, e é importante ter em conta que existe uma necessidade de saber se os serviços prestados vão de encontro às necessidades dos utentes. Tratando-se de dinheiros do Estado, cuja origem assenta na amputação de rendimentos, independentemente das funções que exercemos, são estes impostos que servem para financiar as atividades dos municípios e do próprio Estado. O executivo no âmbito da sua missão, tem de prestar contas em diversos momentos aos eleitores, aos fornecedores, aos investidores, às instituições financeiras, ao público em geral. Este é o controlo social. Há o controlo jurisdicional, pelo Tribunal de Contas e também o controlo administrativo, que passa pelo Ministério de Administração Interna no âmbito legal e da própria CCDRN e o controlo da Assembleia Municipal, que é o controlo político, a quem, o Executivo Camarário tem de prestar as suas contas em primeira instância. Este relatório que hoje aqui temos pode ser visto como um instrumento fundamental de diagnóstico e também da avaliação da performance económica e financeira do município, tenta disponibilizar elementos relativos à atividade financeira e patrimonial, evidenciando os aspetos mais relevantes e também fazer comparações com o que era inicialmente previsto, com as instituições corrigidas e com a execução que foi feita, ou seja, no âmbito das receitas, a arrecadada e no âmbito das despesas, não só pela despesa efetivamente paga, mas pela despesa que é comprometida, assumida perante terceiros e que pode ou não estar, no âmbito da prestação de contas, estar paga. Se estiver paga, ela está assumida e está resolvida, se não estiver paga, ela está assumida e transita. A



Assembleia Municipal, aprovou uma alteração modificativa, porque aumentou substancialmente o valor do orçamento, na altura eram 44 milhões euros, passando para cerca de 60 milhões e que contempla várias rúbricas.”

De seguida, o Chefe de Divisão Municipal enunciou e explicou as várias rubricas contantes do documento.

Abel Santos (PSD) disse: “Agradeço a explicação dada, mas continuo a ter imensas dúvidas e reservas relativamente à opção política porque o executivo orçamentou e reforçou verbas. Acredito na boa vontade do município em executar, mas não aconteceu. Estamos a avaliar o desempenho, a performance da execução e para fazermos uma avaliação rigorosa, direta e objetiva, precisamos de ter todos os dados.”

Paulo Leite (PSD) disse: “ Há de facto uma estratégia desta Câmara, é notória, e é uma estratégia que não está orientada propriamente para aquilo que é o interesse do Concelho de Espinho, mas para o interesse que é, neste momento, importante, porque estamos próximos de eleições, de conseguir fazer-se eleger. O que está a acontecer é uma coisa muito simples, de facto a gestão da Câmara não é nada brilhante, é aliás uma gestão que os números demonstram que é caótica. Na questão das festas, apresentar-se bem nas festas, apresentar bem algumas pequenas obras, alguns pequenos pormenores em termos urbanísticos que encham o olho e fazem as pessoas gostar das coisas. Fica a ideia de que a Câmara está a fazer um bom trabalho para as pessoas que terão a oportunidade de exercer o seu direito de voto. Olhando para a realidade política, a situação que hoje ocorre em Espinho e a situação que está a acontecer entre todos os partidos e as possibilidades de mais ou menos listas, mais ou menos independentes, é claro para todos qual é o objetivo. Há de facto uma estratégia, mas não é aquela que vai de encontro ao interesse do Concelho de Espinho que deveria ser a que nos norteia sempre, Sobre as questões da gestão e a explicação dada pelo Chefe de Divisão, há técnicas para não dizer nada, há técnicas para cansar, há técnicas para fazer com que as pessoas já não estejam disponíveis para ouvir, que foi o que aconteceu. Houve de facto muito pouca execução em relação ao previsto, verificando-se até pelo saldo de gerência que ficou, que aumentou relativamente ao ano anterior e há o resultado negativo líquido da Câmara, que já tinha sido negativo antes, e que ainda ficou mais negativo agora. A gestão da Câmara não é boa para o Concelho, perderam-se oportunidades. As câmaras, com as taxas, com os impostos

recolhem dinheiro para aplicar e, quando se recolhe e não se aplica, significa que se cabimentou dinheiro. Esta prestação de contas, demonstra claramente que as coisas não estão bem em termos de números. O ROC valida as contas, valida as questões técnicas e não as políticas, mas com uma opinião de reserva, onde se refere que não está assegurado que este inclua de forma inequívoca, pelos valores adequados e conforme o Estado de conclusão, os terrenos e recursos naturais em edifícios e outras construções, ou seja, o avaliado como ativo da Câmara Municipal, está assente num castelo de cartas, pode cair tudo. Acontece que a Câmara, de facto, não está bem gerida, e acontece que aquilo que foi prometido, aquilo que estava orçamentado, aquilo que estava cabimentado, as promessas que foram feitas às pessoas, na verdade, foram enganadoras, tendo sido a marca do Partido Socialista quando tomou conta da Câmara. Digo isto, não para ofender, mas para que todos possamos refletir sobre isso, porque o objetivo de todos é que a Câmara seja bem gerida, que o Concelho progrida e possa evoluir muito mais. O resultado final é que a Câmara está mais pobre, o resultado negativo continua, o saldo de gerência aumenta, o que não é bom porque o dinheiro era para ser aplicado em benefício para as populações e quando sobra significa que a gestão não é a melhor. O programa com que o Partido Socialista concorreu está completamente adulterado. Por essas razões, obviamente, e por tudo aquilo que já foi demonstrado objetivamente com dados, números e factos, não há qualquer forma de a bancada do PSD poder aprovar estas contas.”

Nuno Almendra (PSD) referiu: “Quanto ao tema da questão da habitação, a Sra. Presidente, insiste numa verdade que não corresponde. Já aqui trouxe os resultados das candidaturas, as que foram feitas e as que foram aprovadas, é um documento governamental e demonstra claramente que a sra. Presidente, mais uma vez, não falou a verdade, referindo que todas as candidaturas foram submetidas, e que o dinheiro acabou. Foi feito um reforço por parte do governo no sentido de alcançar o objetivo de 26 mil casas, tendo o Sr. Ministro, na reprogramação do PRR que foi apresentado por Portugal a Bruxelas e numa entrevista dada a semana passada no Jornal de Negócios, explicado tudo de uma forma detalhada e minuciosa. Tenho pena que vogais da Assembleia de Freguesia de Anta e Guetim tenham sido tratados desta forma pela Presidente da Câmara, porque põe em causa a capacidade, a honestidade desses vogais ao afirmar que todas as candidaturas foram feitas. É importante, tal como disse na intervenção do 25 de Abril, elevar o debate político e uma das formas de o fazer é assumir que não fomos capazes, assumir que não conseguimos, assumir



que defraudamos as expectativas dos espinhenses e assumir que foi um falhanço total. O argumento que a Sra. Presidente usa quanto aos recursos técnicos, provavelmente saberá, que existia financiamento para a aquisição de recursos externos, também financiados a 100%, havia toda uma panóplia de armas que estavam ao dispor dos municípios. O Governo reforçou verbas e só quem realmente não quis é que não conseguiu. Temos uma escola degradada, tendo sido aqui apresentada uma recomendação, desde então nunca mais ninguém apareceu naquela escola, continua igual, sem qualquer cuidado. Tínhamos um projeto ambicioso para habitação jovem, de 19 habitações, projeto esse que desapareceu, e temos agora algo que estou curioso para ver o fim, um projeto para o bairro de Paramos, com verba inicial na estratégia local de habitação de aproximadamente 20 milhões, que agora vai ser resolvido com menos 80%, questão com a qual o Sr. Presidente da Junta de Paramos também deve estar preocupado, porque realmente as suas expectativas também devem estar extremamente defraudadas.”

Manuel Novais (PS) disse: “Queria lembrar que, há uns meses, a justificação para os projetos não serem apresentados era que não tinha recursos humanos suficientes. Portanto, em nome da transparência, solicito à Srs. Presidente que esclareça exatamente se foi por não haver verbas, se foi objetivamente por não estarem reunidas condições para fazer face à realização e à execução desse projeto.”

Bruno Morais (BE) referiu: “Iremos votar contra porque, apesar da execução de 76% da receita ser aceitável, não há uma tradução proporcional a investimento estruturante no município. O saldo de gerência no valor de 10 milhões tem indicado sucessivamente a incapacidade do município em concretizar projetos e arrasta os problemas *Ad aeternum*”. O resultado líquido negativo de 1,8 milhões de euros, que evidencia sobretudo o aumento da pressão sobre a autonomia financeira futura e se não houver uma reorientação estratégica, este princípio de gestão negativa vai se perpetuar. Salientamos o aspeto positivo de manter a dívida controlada, de ter melhorado a dívida de médio e longo prazo, mas não respondeu à questão sobre o facto de não vermos renegociadas taxas de juros dos empréstimos a médio e longo prazo, sendo que estamos a pôr em causa projetos de retorno social e económico sustentável. Os investimentos do PRR, a prometida a bazuca financeira, acabou por explodir em promessas e a execução é demasiado frustrante em relação ao que tem sido anunciado à população de Espinho. Aguardamos em 2025, pelas novas

construções prometidas, o Centro de Saúde de Anta e Guetim, as modificações e renovações na Escola de Domingos Capela, a construção da habitação em Paramos, o Estádio Municipal, a modernização dos edifícios públicos, Nave Desportiva, FACE, Multimeios, a Câmara Municipal, tudo isto está em atraso e não estamos a falar em novos investimentos, estamos a falar em fazer manutenção em edifícios, embora saiba que os problemas de manutenção não são só de agora, mas também do governo do PSD, que decidiu investir milhões noutras coisas. O equilíbrio financeiro não pode ser apenas contabilístico, deve servir a estratégia de investimento público transformador, o que não tem acontecido, e o que não se vê também neste documento apresentado hoje à Assembleia Municipal.”

Jorge Carvalho (CDU) disse: “A resposta da Câmara foi cansar-nos com números, mas não é com números que satisfazemos os interesses da população, nem é com números que a Câmara resolve o problema. O que interessa é o que se faz com os números. Não me interessa saber que a ESSE pagou 25%, mas saber quanto entregou em cada mês, porque deu, de repente, a entender que o parque da Câmara com 400 lugares dá o dobro do que a ESSE paga por uns 25% de todo o Concelho, o que significa que a ESSE está a enganar-nos. Não é possível ver a ocupação que tem, e sem se saber, nas máquinas, quanto é que a ESSE recebeu de entrada das máquinas, quanto é que recebeu depois dos 7,5 euros, quanto é que esta receita vai dar para justificar os 25%. Qual é a vantagem da Câmara em manter esta situação. Pretendo saber quanto foi gasto em cada festa, quais foram os pagamentos efetuados.”

Nuno Almendra (PSD) disse: “A Sra. Presidente, na apresentação do documento que está em discussão, refere: “...num contexto ainda condicionado pelos efeitos acumulados de decisões passadas...”. Gostaria de saber se a Sra. Presidente se recorda que, por exemplo, votou favoravelmente, quer adiantamentos, quer verbas extras para o Estádio Municipal; Se a Sra. Presidente, está a falar de decisões de não candidaturas a financiamentos a 100% na área da habitação, se está a falar da construção de apartamentos a custos controlados, um tema que certamente lhe é difícil, pois aguarda há mais de 60 dias a resposta a um requerimento apresentado. Nesta questão da habitação e da habitação a custos controlados, nós temos um envelhecimento da população que tem vindo a crescer e o sentimento que eu acho que nos assiste a todos é que houve uma oportunidade de ouro que simplesmente foi



perdida. Neste momento estamos a querer, de certa forma, tapar este grande falhanço que vai deixar marcas no Concelho, algumas no presente e haverá mais no futuro, porque nós sabemos que este município não tem disponibilidade financeira para requalificar o seu parque habitacional e o que vai, provavelmente, acontecer em Paramos, dados os números apresentados, era fazer-se pequenas obras de fachada, eventualmente a ocorrerem ali próximo do ato eleitoral, para, pura e simplesmente dar uma imagem de que estavam a investir, estavam a apostar também no Concelho. Sobre as agruras da contratação pública, termo que a Sra. Presidente gosta, questiono se, em Santa Maria da Feira, em Ovar, também não há as dificuldades da contratação pública. Acho que a grande diferença assenta em se ter um projeto, um rumo, uma programação, assenta na captação de investimento, assenta acima de tudo na capacidade de concretizar, encarando as dificuldades, a inflação com muita astúcia e determinação. A Sra. Presidente refere que, em 2024, reforçaram áreas essenciais para a vida dos Espinhenses, destacando o investimento em habitação acessível, qualificação do espaço público, eficiência energética, ambiente e mobilidade sustentável, pilares centrais do projeto para Espinho. Fazendo o paralelismo com um prédio, se os pilares centrais do projeto para Espinho que a Sra. Presidente refere fossem os pilares do prédio seria uma derrocada imediata e total desse prédio. Sobre a habitação acessível nada foi feito, com agravante de se ter desperdiçado milhões e milhões de euros, superior a 8 milhões. Sobre a qualificação do espaço público, é certo que é visível pequenas obras, nomeadamente mobiliário urbano, mas nota-se que não existe um critério na seleção dos materiais, não existe um critério em olhar para o Concelho na sua totalidade e não existe um critério naquilo que são as exigências da manutenção, como as floreiras colocadas recentemente que não são mais do que um depósito de terra e ervas daninhas por deficiente manutenção. Sobre a eficiência energética, nada foi feito de concreto nesta matéria durante estes 3 anos e meio, apesar de existirem vários incentivos financeiros que estavam ao dispor dos municípios que permitia que se pudessem atualizar na utilização eficaz da energia, contribuindo obviamente para a sustentabilidade do município. Quanto ao ambiente e mobilidade sustentável, as metas na recolha porta a porta no Concelho são uma miragem, a gestão eficiente dos recursos hídricos também são um estudo. Recentemente tivemos um anúncio que iria ser iniciado a requalificação este ano das condutas d'água, mas não acredito que seja possível isso acontecer, e vimos que depois os valores orçamentados e cabimentados não correspondem aos valores da apresentação feita em janeiro. Quanto à mobilidade sustentável, este executivo foi

eleito assente num programa eleitoral que referia a criação de uma rede de transportes, que não acontece, para algumas pessoas que moram em Paramos e Guetim, por exemplo. Espinho é uma terra de gente boa, de gente que cuida do que é seu, de gente que tem vaidade, ou tinha, do seu território, das suas praias, de gente que escolheu Espinho como seu porto de abrigo e que quer que os seus filhos também o possam escolher, mas para isso acontecer é necessário empenho, capacidade, arrojo no dia a dia de quem nos governa, de quem tem a obrigação de cuidar de igual forma de tudo e de todos, de quem tem a responsabilidade de gerir o bem comum em proveito de todos. Não existe um partido A ou um partido B, não existe um movimento independente A ou um movimento independente B, existe sim um bem comum, Espinho, e é este bem comum que eu espero que seja ganhador daqui a seis meses, afastando tricas e vinganças pessoais, afastando o populismo despesista, algo que infelizmente é muito presente no nosso Conselho e afastando a incapacidade, a inépcia e o conformismo.”

Abel Santos (PSD) disse: “Estamos hoje aqui para apreciar, discutir e votar a prestação de pontas de 2024 do município de Espinho, documento elaborado e aprovado nos termos legais e agora submetido à nossa avaliação. Este é um dos momentos mais relevantes do siglo autárquico. É este o momento de medir o desempenho do executivo, não pelas palavras, mas pelos resultados. Os dados financeiros, a execução orçamental, a situação patrimonial e a materialização, ou falta dela, da atividade governativa. Nas prestações de contas anteriores, alertamos para sinais preocupantes, falta de estratégia clara, fragilidade nas propostas, abandono de projetos estruturantes, alguns com financiamento assegurado, que resolveriam problemas históricos da cidade, nomeadamente na rede de abastecimento de água. Chamamos também a atenção para um momento histórico de oportunidade, vivíamos e vivemos através das verbas do PRR apropriadas para transformar e modernizar a cidade e as freguesias. Ao longo do tempo ouvimos da bancada do Partido Socialista repetidas manifestações de fé no futuro melhor, garantias que o trabalho estava a ser feito e o futuro estava a ser preparado. Mas o tempo passou, mais um ano passou e hoje perante os documentos apresentados, importa perguntar, onde está o futuro anunciado? A resposta é dura mas incontornável, muito pouco, e o pouco que existe é manifestamente insuficiente para responder às necessidades do município. A análise e a demonstração de resultados revela um dado evidente, o município de Espinho encerrou o ano 2024 com um resultado líquido negativo superior a 1.8 milhões de



euros, uma degradação acentuada em relação a 2023. Reconhece o próprio executivo, e passo a citar "A conjugação dos rendimentos e dos gastos originou um resultado líquido negativo de 1.800.535.33 euros. Nota-se uma evolução negativa na performance geral". Este reconhecimento é, em si mesmo, a admissão do falhanço da gestão municipal, mas não é apenas nos números que encontramos razões para preocupação. A cidade e as freguesias não estão, objetivamente, melhores hoje do que estavam há um ano, basta percorrer as ruas, visitar as freguesias, ouvir as instituições e a população, percebendo-se rapidamente que o saldo é negativo. As promessas feitas tornam-se prisioneiras da burocracia, do adiamento e da falta de decisão. As expectativas criadas foram sucessivamente frustradas, as evidências estão à vista. A execução orçamental revela taxas demasiado modestas. Despesa executada apenas 60.45%, receita executada 76.52%. Taxas de execução desta ordem refletem incapacidade de realização, revelam falta de liderança, de planeamento e de eficácia na ação governativa. Esta execução orçamental não é apenas anémica, é o reflexo de uma governação que abandonou a construção de futuro, trocando-a por uma política de promoção diária, de eventos e iniciativas superficiais e procuram um aplauso imediato, mas ignoram a necessidade de preparar Espinho para os desafios dos próximos anos. Hoje temos um executivo que governa para a fotografia e não para a Cidade, governa para o presente e imediato e não para o futuro. Em áreas absolutamente centrais para a qualidade de vida dos espinhenses, habitação, rede viária, água e saneamento, a atuação foi desoladora. Em áreas, como habitação, perante um quadro de fundos europeus sem paralelo, as candidaturas apresentadas pelo município, conforme foi dito várias vezes, ficaram muito longe do exigível e do necessário. Perderam-se oportunidades históricas de reabilitar, construir e responder às necessidades habitacionais, não por falta de meios, mas por falta de ação. Na rede viária, a degradação continua escandalosa. Vias esburacadas, espaços públicos abandonados, a ausência de uma estratégia consistente de requalificação. Na gestão da água e saneamento, prossegue a atuação reativa, intervém-se apenas para reparar ruturas. Falhou-se na substituição das condutas antigas, falhou-se na visão de longo prazo, falhou-se no compromisso com a sustentabilidade. Reconhecemos o mérito da atribuição do selo de qualidade d'água. O retificativo apresentado a meio do ano, envolto em anúncios grandiosos de mudança, revelou-se afinal em mais um exercício de marketing político. Na requalificação urbana, um tema tantas vezes trazido a esta Assembleia, foram inicialmente orçamentados 988.973 euros, no retificativo, esta rubrica é reforçada em mais de 1 milhão de euros e O montante executado foi de

234.995 euros, cerca de 12%. Na habitação mais de 6 milhões de euros, e executado pouco mais de 294 mil euros. Na eficiência hídrica, uma das rubricas neste tema tão importante para o concelho, foram inscritos mais de 600 mil euros no retificativo, que simplesmente desapareceu da prestação de contas. Ainda em relação à eficiência hídrica, na componente de águas residuais, num total de 620 mil euros orçamentados, foram executados cerca de 19 mil euros. Promessas renovadas, calendários adiados, obras prometidas para um futuro sempre por concretizar. No essencial, o documento da prestação de ondas expõe a triste realidade de uma governação sem rumo, sem energia transformadora, sem capacidade de fazer. Em vez de estratégia, eventos. Em vez de investimento estruturante, festas. Em vez de futuro, imediatismo. Espinho merecia muito mais, mas muito, muito mais, merecia liderança, visão e ação. Perante esta realidade, o nosso sentido de voto, com toda a responsabilidade e coerência só pode ser um. A toda oportunidade perdida, a toda a verba desaproveitada, a toda a obra adiada, Espinho perde tempo, perde competitividade, perde futuro. Chegámos a um ponto, que já não bastam desculpas, promessas ou anúncios. Espinho precisa de ação, liderança e de futuro. Este mandato de desperdiça de recursos falhou compromissos, atrasou a cidade e as freguesias. Este executivo falhou, falhou aos espinhenses, falhou às expectativas que criou, falhou no essencial, transformar e melhorar Espinho. Por isso votamos contra, por dever de responsabilidade, por exigência com Espinho, por respeito com os espinhenses.”

Presidente de Câmara Municipal disse: “Eu vou começar pelas palavras do Vogal Paulo Leite, que realmente tem razão. Quando assumi em 2023, com todos os acontecimentos e mais algum, conseguiu-se planear sim, mas não se conseguiu fazer o que estava em curso. E 2024 permitiu-nos, realmente lançar imensos projetos, projetos esses que estão prontos para ser lançados. A nossa capacidade interna de fazer projetos é muito pequena. O projeto que estamos agora para lançar é o da Rua dos Combatentes, que está pronto e que vai ser lançado brevemente para contratação. A Rua 15 também é um projeto que se consegue fazer internamente, mas todos os projetos que tenham arquitetura e, sobretudo, especialidades, não temos essa capacidade, sendo que é preciso contratá-los, é preciso passar por todo o processo de seriação de candidaturas, é preciso fazer os relatórios, é demorado. Os projetos têm de ser revistos, têm de passar pelo Tribunal de Contas, eu não conheço nenhuma Câmara que não faça isto. No Concelho de Santa Maria da Feira tem ficado imensa obra por fazer, porque ficam os concursos ficam desertos. Reconheço que o



município tem pouca mão de obra e por isso temos aberto concursos e estamos no bom caminho para começar a ter algumas divisões já bem estruturadas. O projeto das condutas de água está feito e foi realizado pelos nossos serviços. Vai ter de ser lançado por lotes, porque não podemos pôr Espinho todo em guerra. Portanto, não é oportunidade perdida, é realmente concorrer ao 2030. Quanto à escola Domingos Capela, o projeto está pronto, a revisão pronta, o parecer da ANEPS voltou novamente para o projetista para sofrer alterações, porque há uma coisa que eu lhe vou garantir, a Escola Domingo Escapela não vai ser lançada sem parecer da ANEPS e não vai acontecer como a Sá Couto que não foi dado parecer da ANEPS e estamos ali com imensos constrangimentos naquela Escola. Sobre o estádio municipal, na minha entrevista estão lá às razões pelas quais o estádio municipal foi parado. Vai ter de ser lançada nova candidatura para a arquitetura, e a verba não é suficiente para acabar o estádio, mas é aquela que neste momento, após um novo estudo, poderá ser utilizada este ano para o lançamento do estádio. No quartel de Bombeiros é para manter as fachadas, é esse o nosso estudo prévio. Os técnicos foram de opinião que a sustentabilidade daquele terreno e das paredes poderia causar alguns constrangimentos, sendo preciso fazer um estudo geológico do terreno. Já está adjudicado, salvo erro, ao arquiteto que vai fazer o projeto de arquitetura e especialidades. O bairro de Guetim tem uma grande parte que não é municipal, é privada, e daí a dificuldade, enquanto o bloco F, o bairro de Paramos, é todo municipal. Tive várias reuniões com os técnicos do IHRU e também reuni com o ministro Pinto Luz. Nessas reuniões foi-nos dito que, relativamente ao bairro de Paramos, havia a possibilidade de ainda estar dentro daquele número de habitações que podiam ainda estar dentro do PRR, quando percebemos, há pouco tempo, que não estava. E esse, posso garantir-lhe, que a revisão de projeto tinha todo o grau de maturidade e pedi para lançarem imediatamente a empreitada para que ainda se conseguisse aumentar o grau de maturidade, isto suportado pelo orçamento municipal, que é um grande esforço, mas vai para a frente. Portanto, neste momento já estamos na fase de adjudicar, e portanto, as coberturas, fachadas, isso vai tudo para a frente. O que estava previsto, na estratégia, era intervir dentro das habitações, o que não vamos fazer, com exceção dos fogos que estão desabitados. Relativamente às mudanças de verbas, é óbvio que depois de haver algumas alterações. A nave desportiva, é um projeto complexo, e que só podemos avançar com a revisão, O balneário Marinho está numas condições lamentáveis, e dentro de uma alteração que nós fizemos relativamente às comunidades desfavorecidas, foi entregue para a revisão

portanto, também será intervencionado. Quanto aos arruamentos, vamos intervir nas ruas que têm paralelo e, neste momento já foram abertas as propostas e o concurso não ficou deserto, por isso vamos também fazer uma intervenção em várias ruas, nomeadamente na Rua 29, onde existe vários problemas. Relativamente aos parques infantis, aquelas verbas que tínhamos foram para jardins, porque iniciamos antes do final de 2024 os parques infantis e tivemos de estornar a verba, porque o empreiteiro não realizou o trabalho que estava proposto. Estamos em condições, daqui por pouco tempo, de relançar novamente os parques infantis. Tivemos o problema com as refeições escolares que o Tribunal de Contas reprovou e tivemos de fazer alterações, tendo de retirar verbas que estavam previstas para outras.”

Votação: o documento foi apreciado negativamente com 11 votos contra e 14 abstenções.

Minuta de deliberação: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas 2024. A Assembleia Municipal de Espinho, ao abrigo da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, constante do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual), apreciou desfavoravelmente os Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício financeiro 2024, que lhe foram apresentados pelo órgão executivo, tendo deliberado votar negativamente os mesmos, em respeito do estabelecido no referido preceito legal. A deliberação foi tomada por maioria com 11 votos contra e 14 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, por unanimidade, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Pelo PS e pelo Presidente da JF de Anta e Guetim foi manifestada a intenção de apresentar declaração de voto, contudo, decorrido o prazo regimental, as mesmas não foram apresentadas.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a Presidente da Assembleia Municipal deu a reunião por encerrada e informou que a próxima reunião seria comunicada oportunamente.

A deliberação tomada na presente reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.



Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
